

PROVA TIPO 2 - GABARITO

Nome do(a) candidato(a): _____

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém **10 (dez)** páginas numeradas e se compõe de questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), sendo 29 (vinte e nove) questões de múltipla escolha e 01 (uma) questão dissertativa.

O tempo máximo de duração desta prova é de **3 (três) horas**. Iniciada a prova, o(a) candidato(a) deverá permanecer na sala por, **no mínimo**, 1 (uma) hora.

A questão dissertativa deve ser respondida à caneta.

Use **LETRA BEM LEGÍVEL**.

Para as questões de múltipla escolha, fique atento(a) às recomendações abaixo:

Leia cuidadosamente cada questão e **NÃO DEIXE NENHUMA SEM RESPOSTA**.

Ao receber o **cartão de respostas**,

1. assine seu nome à tinta no espaço indicado;
2. ao preencher o **cartão de respostas**, cubra todo o espaço correspondente à sua opção, marcando-o com tinta azul ou preta, sem deixar lacunas (“brancos”);
3. assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta **NÃO** será computada se forem marcadas duas ou mais alternativas;
4. não use corretivo;
5. não se esqueça de marcar, no cartão de respostas, o tipo de prova (1, 2 ou 3).

O Cartão de Respostas não poderá ser rasurado, amassado ou dobrado.

Ao final das provas, entregue ao(à) aplicador(a) o **cartão de respostas devidamente preenchido e este caderno de provas**.

ATENÇÃO PARA ESTAS INSTRUÇÕES FINAIS:

Confira seu caderno de provas, verificando a numeração das páginas, o número de questões e a legibilidade da impressão.

Terminadas as provas e após a entrega de todo o material ao(à) aplicador(a), você deverá retirar-se imediatamente do prédio, não lhe sendo permitida a permanência em corredores nem o retorno à sala de aula.

QUESTÃO 1: De acordo com o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, à lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, e, especificamente, em seu parágrafo único, há previsão da garantia de prioridade. Todas as alternativas a seguir referem-se a elementos que a garantia de prioridade compreende, À EXCEÇÃO DE:

- A) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- B) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- C) receber proteção em detrimento do idoso e socorro em circunstâncias específicas.**
- D) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- E) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Resposta: letra c) Art. 4º. Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, à lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

QUESTÃO 2: O Artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, À EXCEÇÃO DE:

- A) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- B) crença e culto religioso, brincar, praticar esportes e divertir-se.
- C) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- D) participar do conselho escolar.**
- E) buscar refúgio, auxílio e orientação.

Resposta: letra d) Art. 16º. Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;*
- II - opinião e expressão;*
- III - crença e culto religioso;*
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;*
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;*
- VI - participar da vida política, na forma da lei;*
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.*

QUESTÃO 3: Dona Maria tem um mercado, ao lado da escola em que Mariana, de quatorze anos, estuda. Como proprietária do estabelecimento de vendas e consumo, Dona Maria sabe que alguns desses produtos não podem ser vendidos para as crianças ou adolescentes. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, quais dos produtos a seguir Dona Maria NÃO PODE vender para crianças ou adolescentes?

- A) Produtos de limpeza.
- B) Alimentos ultraprocessados.
- C) Refrigerantes.
- D) Bilhetes lotéricos e equivalentes.**
- E) Balas com alto teor de açúcar.

Resposta: letra d) Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

I - armas, munições e explosivos;

II - bebidas alcoólicas;

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

V - revistas e publicações a que alude o art. 78;

VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

QUESTÃO 4: O Conselho Tutelar **PODE** ser definido como

- A) um órgão responsável por fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas.
- B) uma organização não governamental que atua na defesa dos direitos das crianças até a idade de doze anos completos.
- C) uma entidade que reúne psicólogos, professores e assistentes sociais que oferecem atendimento a crianças em situação de evasão escolar.
- D) um órgão federal responsável por fiscalizar adolescentes com idade entre dezesseis e vinte e dois anos.
- E) um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado, pela sociedade, de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Resposta: **letra e)** Art. 131. *O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.*

QUESTÃO 5: Assinale a alternativa abaixo que está **INCORRETA**, considerando os dispositivos da Lei nº 8.069/1990 (ECA).

- A) A garantia de prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- B) A alocação do jovem em família substitutiva será precedida de sua preparação, realizada por psicólogos a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
- C) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.
- D) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter o registro das atividades desenvolvidas, por meio de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
- E) O descumprimento das disposições da Lei nº 8.069/1990 (ECA), pelo dirigente de entidade que desenvolva programas de acolhimento familiar ou institucional, é causa de sua destituição, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Resposta: **letra b)** Art. 28. Parágrafo 5º. *A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.*

QUESTÃO 6: De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerado/a **criança** quem tem até

- A) dez anos incompletos.
- B) **doze anos incompletos.**
- C) onze anos incompletos.
- D) quatorze anos incompletos.
- E) dezesseis anos incompletos.

Resposta: letra b) Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

QUESTÃO 7: Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na lei forem ameaçados ou violados

- A) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado e por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
B) por ação da classe escolar.
C) por omissão da classe escolar.
D) em razão da má-conduta.
E) por ação dos pais, avós ou responsáveis.

Resposta: letra a) Art. 98º. Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III - em razão de sua conduta.

QUESTÃO 8: Segundo as disposições elencadas no Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I. advertência.
II. encaminhamento aos tios e avós.
III. obrigação de reparar o dano.
IV. liberdade assistida.
V. internação em estabelecimento educacional por no máximo 90 dias.

Marque a opção que apresenta as afirmativas **CORRETAS**.

- A) I e II.
B) I, II e III.
C) III e IV
D) I, II e V
E) I, III e IV.

Resposta: letra e) Art. 112º. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
II - obrigação de reparar o dano;
III - prestação de serviços à comunidade;
IV - liberdade assistida;
V - inserção em regime de semi-liberdade;
VI - internação em estabelecimento educacional;
VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
III - matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;

- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - acolhimento institucional;
- VIII - colocação em família substituta.
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.

QUESTÃO 9: O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 18-B, prescreve que “os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis”, a medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso. **Sobre essas medidas**, analise os itens a seguir.

I. Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

II. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

III. Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado.

IV. Advertência por escrito e multa.

Correspondem a medidas aplicáveis de acordo com o Artigo 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente o que está descrito em

- A) I, II e III, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) nenhum dos itens.

Resposta: letra a) Art.18-B. *Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:*

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;

V - advertência.

VI - garantia de tratamento de saúde especializado à vítima.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

QUESTÃO 10: Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a única alternativa **INCORRETA**.

A) É direito da criança e do adolescente ser criado/a e educado/a no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

B) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

C) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

D) Não será garantida a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

E) A mãe adolescente será assistida por equipe especializada multidisciplinar.

Resposta: letra d) Art.19. *Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.*

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezesseis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

§ 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

§ 5º Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

§ 6º A mãe adolescente será assistida por equipe especializada multidisciplinar.

QUESTÃO 11: Com base no Artigo 19-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar que todas as afirmativas abaixo estão corretas, À EXCEÇÃO DE:

A) gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

B) de posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado.

C) a busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do Artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.

D) na hipótese de haver a indicação do genitor ou genitora apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente poderá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança e adolescente sob a guarda provisória de família substituta para acolhimento familiar.

E) os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.

Resposta: letra d) Art.19-A.

§ 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

§ 2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado.

§ 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.

§ 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

§ 7º Os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.

QUESTÃO 12: Considerando as medidas e as disposições do Artigo 19-B e seus respectivos parágrafos, constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas a seguir, indicando se são verdadeiras (V) ou falsas (F) e marque a sequência CORRETA.

_____ A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

_____ O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

_____ Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 17 (dezessete) anos, inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

_____ Pessoas jurídicas não podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

- A) V – V – V – F.
- B) F – F – V – F.
- C) V – V – F – F.
- D) F – F – F – V.
- E) V – F – V – V.

Resposta: letra c) Art.19-B. *A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.*

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

§ 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

QUESTÃO 13: Com base no que dispõe o Artigo 19-B (e seus parágrafos) e o Artigo 20 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **PODE-SE afirmar que:**

- A) o perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado não será definido no âmbito do programa de apadrinhamento, para crianças com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.
- B) os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude não poderão ser executados por órgãos públicos estaduais, federais e municipais.
- C) mesmo havendo violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento não poderão notificar a autoridade judiciária competente.
- D) os filhos da relação do casamento terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas designações discriminatórias.
- E) o perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

Resposta: letra e) Art.19-B e parágrafos e Art. 20.

§ 4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

§ 5º Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.

§ 6º Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente.

Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

QUESTÃO 14: Todas as afirmativas abaixo estão corretas, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, À EXCEÇÃO DE:

- A) falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- B) não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.
- C) a condenação criminal do pai ou da mãe implicará na destituição do poder familiar, havendo condenação por crime culposo sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar.
- D) entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- E) o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

Resposta: letra c) Art.23 e parágrafos e Art. 25, parágrafo único e art.27.

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

§ 1º Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.

§ 2º A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

QUESTÃO 15: De acordo com o Artigo 26 do Estatuto da Criança e do Adolescente, qual é a forma de reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento?

- A) Por testamento.
- B) Por procuração “ad negocia”.
- C) No próprio termo da certidão de casamento.
- D) Por termo de declaração simples.
- E) Pelos pais, somente na forma conjunta.

Resposta: letra a) Art. 26º. Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

QUESTÃO 16: Com fundamento no Artigo 28 e seus respectivos parágrafos e incisos do ECA, a colocação em família substituta far-se-á mediante as seguintes medidas, À EXCEÇÃO DE:

- A) guarda.
B) tutela.
C) adoção.
D) tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
E) emancipação.

Resposta: letra e) Art. 28º. Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.
§ 2º Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

QUESTÃO 17: Sobre as disposições do Artigo 28 e seus respectivos parágrafos e incisos do ECA, que versam sobre a colocação da criança e do adolescente em família substituta, analise se as afirmativas abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F) e marque a **sequência CORRETA**.

- ____ Na apreciação do pedido não será levado em conta o grau de parentesco, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.
____ Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção de família substituta separadamente.
____ As mesmas regras aplicáveis às crianças serão aplicadas tratando-se, também, de criança indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, sem a inclusão de nenhuma outra.
____ A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

- A) V – V – V – F.
B) F – F – V – F.
C) V – V – F – F.
D) F – F – F – V.
E) V – F – V – V.

Resposta: letra d) Art.28. § 3º Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.

§ 4º Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.

§ 5º A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

§ 6º Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório:

I - que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal;

II - que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia;

III - a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.

QUESTÃO 18: Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, as afirmativas abaixo estão corretas, À EXCEÇÃO DE:

- A) não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.
- B) a colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a entidades governamentais ou não-governamentais, com autorização judicial.
- C) a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
- D) ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.
- E) a colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

Resposta: letra b)

Art. 29. Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.

Art. 30. A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

Art. 31. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.

Art. 32. Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.

QUESTÃO 19: Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa CORRETA.

- A) a guarda não obriga a prestação de assistência material à criança ou adolescente.
- B) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- C) excepcionalmente, deferir-se-á a emancipação, para atender a situações peculiares, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.
- D) a guarda e a tutela conferem à criança ou adolescente a condição de independente, para todos os fins e efeitos de direito.
- E) excepcionalmente, a autoridade judiciária, ou quando a medida for aplicada em preparação para guarda, o deferimento da tutela de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais.

Resposta: letra b). Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

§ 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

§ 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

§ 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

§ 4º Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Públíco.

QUESTÃO 20: O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar. Assim considerado, as afirmativas abaixo estão corretas, À EXCEÇÃO DE:

- A) a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.
- B) a União apoiará a implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública, os quais deverão dispor de equipe que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção.
- C) poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora.
- D) a pessoa cadastrada no programa de acolhimento familiar não poderá receber a criança ou adolescente mediante guarda, somente em adoção, observado o disposto nos artigos desta Lei.
- E) poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora.

Resposta: letra d). Art. 34. *O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.*

§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo a pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar poderá receber a criança ou adolescente mediante guarda, observado o disposto nos arts. 28 a 33 desta Lei.

§ 3º A União apoiará a implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública, os quais deverão dispor de equipe que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção.

§ 4º Poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora.

QUESTÃO 21: Segundo a Lei nº 8.069/1990 (ECA), as entidades não governamentais que atendem crianças e/ou adolescentes podem funcionar somente após registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dessa forma, se a entidade contar, em seus quadros, com pessoas inidôneas ela pode

- A) ter seu registro autorizado.
- B) ter seu registro negado
- C) ter ser registro autorizado, desde que ofereça instalações físicas em condições salubres adequadas.
- D) apresentar plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ter seu registro autorizado.
- E) cumprir as resoluções e deliberações, relativas à modalidade de atendimento prestado, expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, e ter seu registro autorizado.

Resposta: Letra b) Art. 91. *As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.*

§ 1º Será negado o registro à entidade que:

- a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;*
- b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;*
- c) esteja irregularmente constituída;*
- d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas (má fama).*
- e) não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis.*

QUESTÃO 22: Considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas abaixo.

- I. Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.
- II. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.
- III. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino médio não deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, assim, que ocorrido, antes das providências escolares e elevados níveis de repetência.
- IV. Os municípios, com apoio dos estados e da União, deverão estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

É INCORRETO o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV,
- C) III.**
- D) IV.
- E) I, II e IV.

Resposta: Letra c) Art. 54, §3º; Art.53-A; Art. 58; Art.70-B parágrafo único, Art. 71 e Art. 59.

Art. 54. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 70-B. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas da saúde e da educação, além daquelas às quais se refere o art. 71 desta Lei, entre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e a comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de crimes praticados contra a criança e o adolescente.

Parágrafo único. São igualmente responsáveis pela comunicação de que trata este artigo, as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos.

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

QUESTÃO 23: As afirmativas abaixo referem-se ao que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, de acordo com o Artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, À EXCEÇÃO DE:

- A) acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- B) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- D) atendimento em pré-escola às crianças de um a sete anos de idade;**
- E) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Resposta: Letra d) Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;*
II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuitade ao ensino médio;
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

QUESTÃO 24: Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

- A) perigoso e insalubre, somente após às dezesseis horas.
B) noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
C) perigoso, insalubre ou penoso.
D) realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
E) realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Resposta: Letra a) Art. 67. *Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:*

- I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;*
II - perigoso, insalubre ou penoso;
III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
IV - realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

QUESTÃO 25: Marque a única alternativa **INCORRETA**, considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A) O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.
B) O adolescente tem direito à profissionalização, observados os seguintes aspectos: exercer qualquer atividade laboral independente da condição de pessoa em desenvolvimento no mercado de trabalho.
C) Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
D) A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.
E) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Resposta: Letra b) Art. 68 e 69. Art. 68. *O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.*

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;*
II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

QUESTÃO 26: Analise as afirmativas a seguir, que versam sobre viagem de criança e adolescente e, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, diga se são verdadeiras (V) ou falsas (F), marcando a **sequência CORRETA.**

_____ É dispensada autorização judicial, para viagem a criança ou adolescente nascido em território nacional para sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

_____ Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

_____ A autorização não será exigida quando: a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

_____ A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

_____ Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente: estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

- A) F-V-V-F-F
- B) V-V-V-F-F
- C) F-V-V-V-V**
- D) V-V-F-V-F
- E) V-V-V-V-V

Resposta: Letra c) Art. 83, §1º, §2º; Art. 84, inciso I e II; Art. 85.

Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

§ 1º A autorização não será exigida quando: a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

§ 2º A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente: I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;

II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

Art. 85. Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

QUESTÃO 27: De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, todos os itens abaixo configuram-se como diretriz da política de atendimento à criança e ao adolescente, À EXCEÇÃO DE:

- A) federalização do atendimento.**
- B) criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.
- C) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- D) manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.
- E) integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.

Resposta: Letra a) Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

QUESTÃO 28: Sobre a adoção, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é **CORRETO** afirmar que:

A) é medida revogável, em qualquer momento, desde que consultada a criança ou adolescente e a família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do Artigo 25 da Lei nº 8.069/1990.

B) é autorizada por procuração.

C) em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando.

D) o adotando deve contar com, no máximo, dezenove anos à data do pedido de adoção.

E) o adotando deve contar com, no máximo, dezesseis anos à data do pedido de adoção.

Resposta: Letra c) Art. 39, Art.40.

Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei.

§ 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.

§ 2º É vedada a adoção por procuração.

§ 3º Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando.

Art. 40. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

QUESTÃO 29: Considerando as regras da adoção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa a seguir que está **INCORRETA**.

A) Podem adotar os maiores de dezoito anos, independentemente do estado civil.

B) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

C) Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

D) O adotante há de ser quatorze anos mais velho do que o adotando.

E) A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.

Resposta: Letra d) Art. 42.

Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

§ 3º O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

§ 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença

QUESTÃO 30: Érica é mãe de duas crianças com idades de dois e seis anos, mora sozinha, na cidade de Aramorana, onde não tem nenhum parente próximo. O genitor das referidas crianças é falecido. Na data de 19 de junho de 2023, mediante denúncia anônima, o Conselho Tutelar foi acionado para verificar as condições físicas e psíquicas das crianças, que estavam sozinhas em casa há dois dias. Quando(a) conselheiro(a) tutelar estava chegando ao endereço das crianças, a genitora Érica, também, estava chegando à casa. **Quais medidas poderão ser adotadas pelo(a) conselheiro(a) tutelar, nesse caso, sempre visando o bem-estar das crianças, conforme a legislação especializada?**

Padrão/sugestão de resposta

O conselheiro (a) tutelar deverá verificar, primeiramente, se as crianças precisam de atendimento médico, deverá, também, comunicar a polícia e solicitar seu comparecimento até o local da residência destes, caso as crianças não necessitem de atendimento médico imediato, deverão ser encaminhadas imediatamente para o abrigo/caso de acolhimento da cidade, e o(a) conselheiro (a) deverá comunicar, também, o Ministério Público para as próximas providências.

Caso as crianças necessitem de atendimento médico, o(a) conselheiro(a) tutelar deverá comunicar a polícia e solicitar seu comparecimento até o local de residências destes, após, deverá encaminhar as crianças até a unidade de saúde mais próxima e acompanhar todo o atendimento até a alta médica, depois, as crianças deverão ser encaminhadas para o abrigo/caso de acolhimento da cidade e o(a) conselheiro (a) deverá comunicar, também, o Ministério Público para as próximas providências.